

**Sub-tema 3.a.:** A clínica psicanalítica e as psicoterapias, as práticas profissionais e de auto-ajuda

## **O re-conhecimento como efeito do trabalho de análise**

Estela Ribeiro Versiani

### **RESUMO**

O presente trabalho propõe uma maneira de pensar a análise enquanto possibilitadora de mudanças. Para isso, a partir da noção de reconhecimento trágico (*anagnorisis*) apresentada por Aristóteles na *Poética*, introduz e desenvolve a idéia de *re-conhecimento* para designar um processo que resulta do trabalho de análise e, ao mesmo tempo, produz determinados efeitos nesse trabalho.

**Palavras-chave:** re-conhecimento, trabalho de análise, mobilização pulsional, associação livre, efetividade.

Afirmar que a análise provoca mudanças no analisando que a empreende parece a princípio uma afirmação banal. Ou, então, extremamente psicoterápica, o que para ouvidos psicanaliticamente treinados pode soar quase como heresia – uma análise, afinal, não tem como objetivo mudanças de comportamento do analisando nem, necessariamente, modificações concretas em sua vida, muito embora algumas modificações desse tipo possam se dar em decorrência da análise.

Mas um analisando (assim como o analista) não passa ileso por uma análise, ou, se passa, podemos suspeitar que ela não tenha de fato se dado. Sendo assim, é legítimo pensar que algum tipo de mudança se dá *em* análise e *por meio* da análise, restando a questão, muito mais complexa, de em que consistiria tal mudança e como ela se daria. Freud nos aponta vários caminhos

para pensar essa questão, alguns explicitamente demarcados e outros apenas sugeridos. Podemos pensar mudanças proporcionadas pela análise sob a ótica, por exemplo, do material recalcado que é tornado consciente ou de resistências que são superadas, assim como atribuir uma função de “possibilitadores de mudança” às interpretações e construções do analista e ao trabalho de perlaboração em análise.

O que tem posto em movimento meu trabalho de pesquisa é justamente pensar a respeito de modificações promovidas *em* análise e *pela* análise, à luz de Freud, mas procurando percorrer um caminho próprio. Partindo do princípio de que não se trata, em psicanálise, de programar objetivos de mudanças específicas a serem atingidas por meio de passos predeterminados, a questão que me norteia é pensar em que termos é possível conceber a efetividade do trabalho de análise.

Tenho trabalhado no sentido de sugerir um possível caminho para abordar essa questão, procurando descrever a especificidade do que ocorre na relação analítica, suscitando determinados movimentos e modificações. Inspirada pela descrição de Aristóteles, na *Poética*, a respeito do reconhecimento (*anagnorisis*) na tragédia grega, propus a idéia de *re-conhecimento* para descrever um processo que se dá em análise. Neste texto, pretendo dar algumas indicações a respeito de como o re-conhecimento tem me ajudado a pensar a efetividade da análise<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para uma discussão mais completa dessa idéia, ver: Versiani, E. R. (2001). *Re-conhecimento*: a análise como possibilitadora de mudanças. *Percurso*, 27, 91-100. O presente trabalho é uma versão reduzida desse artigo.

## **Anagnorisis – o reconhecimento trágico**

*Ai de mim! Ai de mim! Tudo está claro. Que eu te contemple, ó luz, pela última vez; todos o sabem: eu nasci de quem nunca devia ter nascido e vivi com quem nunca devia ter vivido e matei a quem nunca devia ter matado!*  
(Sófocles, 1951, p.82)

O propósito da *Poética*, obra escrita por Aristóteles provavelmente entre 335 e 323 a.C., é investigar a poesia e suas espécies, dentre elas a poesia trágica ou a tragédia. No capítulo VI dessa obra, Aristóteles nos apresenta sua definição de tragédia:

“É pois a Tragédia imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada e com as várias espécies de ornamentos distribuídas pelas diversas partes [do drama], [imitação que se efetua] não por narrativa, mas mediante atores, e que, suscitando o ‘terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções’.” (Aristóteles, 1993, p.37)

O mito (*mythos*), que Aristóteles define como “imitação de ações” e “a composição dos atos” (Aristóteles, 1993, p.39), é considerado por ele como o mais importante dos elementos de uma tragédia: “o Mito é o princípio e como que a alma da Tragédia” (Idem, p.43). Em relação aos mitos, Aristóteles propõe uma distinção:

“Dos Mitos, uns são simples, outros complexos, porque tal distinção existe, por natureza, entre as ações que eles imitam. Chamo ação ‘simples’ aquela que, sendo una e coerente, do modo acima determinado, efetua a mutação de fortuna, sem Peripécia ou Reconhecimento; ação ‘complexa’, denomino aquela em que a mudança se faz pelo Reconhecimento ou pela Peripécia, ou por ambos conjuntamente. É porém necessário que a Peripécia e o Reconhecimento surjam da própria estrutura interna do Mito, de sorte que venham a resultar dos sucessos antecedente, ou necessária ou verossimilmente. Porque é muito diverso acontecer uma coisa por causa de outra, ou acontecer meramente depois de outra.” (Aristóteles, 1993, p.59-61)

Podemos remeter a “mutação de fortuna”, a que Aristóteles faz referência acima, à passagem em que ele, ao discorrer a respeito da extensão de uma tragédia, afirma que “o limite de uma Tragédia é o que permite que nas ações uma após outra sucedidas, conformemente à verossimilhança e à necessidade, se dê *o transe da infelicidade à felicidade ou da felicidade à infelicidade*” (Aristóteles, 1993, p.48, grifo meu). Mais adiante irá completar: “É pois necessário que um Mito bem estruturado seja antes simples do que duplo, como alguns pretendem; *que nele se não passe da infelicidade para a felicidade, mas, pelo contrário, da dita para desdita*” (Idem, p.69, grifo meu).

Para Aristóteles, o mito de uma tragédia envolve necessariamente uma mudança de fortuna no decorrer da ação, de preferência mudança da “dita para a desdita”. Já o reconhecimento e a peripécia, que constituem “os principais meios por que a Tragédia move os ânimos” (Aristóteles, 1993, p.43), podem ou não estar presentes no mito.

Em relação ao reconhecimento, Aristóteles propõe a seguinte definição: “O ‘Reconhecimento’, como indica o próprio significado da palavra, é *a passagem do ignorar ao conhecer*, que se faz para amizade ou inimizade das personagens que estão destinadas para a dita ou para a desdita” (Aristóteles, 1993, p. 61, grifo meu).

Na *Oréstia* de Ésquilo, por exemplo, temos uma cena de reconhecimento quando Electra, ao visitar o túmulo de seu pai, Agamêmnon, *reconhece* seu irmão Orestes (que havia passado anos em exílio em Focis a mando de sua mãe, Clitemnestra, assassina de seu pai), a partir de indícios como uma mecha de cabelos e pegadas no chão, que ela julga semelhantes a seus próprios cabelos e pegadas. Após esse reconhecimento, assim como acontece em

outras tragédias, o curso da ação muda radicalmente, uma vez que os dois irmãos irão se unir para vingar a morte do pai, matando a mãe.

Ainda no que diz respeito ao reconhecimento, Aristóteles afirma que sua mais bela forma é a que acontece juntamente com a peripécia, como é o caso no *Édipo*. Por peripécia ele entende:

*“a mutação dos sucessos no contrário, efetuada do modo como dissemos; e esta inversão deve produzir-se, também o dissemos, verossímil e necessariamente. Assim, no Édipo, o mensageiro que viera no propósito de tranquilizar o rei e de libertá-lo do terror que sentia nas suas relações com a mãe, descobrindo quem ele era, causou o efeito contrário”* (Aristóteles, 1993, p.61, grifos meus).

A questão do reconhecimento na tragédia está intimamente relacionada ao *saber* e ao *não-saber*, o *ignorar*, por parte do herói trágico. No *Édipo*, por exemplo, é patente que toda a ação se desenvolve a partir de um *ignorar* que é, com o desencadear da trama, substituído por um *saber*, um *ver as coisas claramente*.

E com a passagem do estado de ignorância para o de conhecimento há a mudança para uma nova situação. Assim, a peripécia, quando vem com o reconhecimento, é como um efeito, no desenrolar da trama, do saber que é adquirido.

Em relação ao saber e ao ignorar numa tragédia, Aristóteles afirma que eles podem se articular de três maneiras diferentes: existem as personagens que sabem e conhecem o que fazem; as que fazem sem conhecer e depois passam a saber; e as que deixam de fazer algo porque reconhecem o que estão prestes a fazer.

“Destes casos, o pior é o do sabedor que se apresenta a agir e não age; é repugnante e não trágico, porque sem Catástrofe (...). Vem, em segundo lugar, o caso do agente sabedor. Melhor é, todavia, o do que age ignorando, e que, perpetrada a ação, vem a conhecê-la; ação tal não repugna, e o Reconhecimento surpreende. Mas superior a todos é o último, por exemplo o que se dá no *Cresfonte*, quando Mérope está para matar o filho, e não mata porque o reconhece.” (Aristóteles, 1993, p.75-77)

O reconhecimento pode se dar de várias formas numa tragédia. O caso a que fiz referência acima - do reconhecimento de Orestes por parte de Electra - é, segundo Aristóteles, um exemplo de reconhecimento que provém de um silogismo: “alguém chegou, que me é semelhante, mas ninguém se me assemelha senão Orestes, logo quem veio foi Orestes” (Aristóteles, 1993, p.85). Mas os melhores reconhecimentos “são os que derivam da própria intriga, quando a surpresa resulta de modo natural, como é o caso do *Édipo* de Sófocles (...). Só os Reconhecimentos desta espécie dispensam artifícios, sinais e colares” (Idem, p.87).

### **O re-conhecimento (ou reconhecimento analítico) – uma articulação com o reconhecimento trágico**

A partir da definição aristotélica de reconhecimento, proponho a idéia de que numa análise há diversos momentos de “reconhecimento”, em que o analisando “passa do ignorar ao conhecer”. Tais momentos, justamente por se darem *em análise*, possuem uma especificidade - do que decorre a sugestão do termo *re-conhecimento* para designar o reconhecimento que advém em análise.

Para ajudar a pensar a existência de momentos de re-conhecimento, recorro a “Construções em análise”, texto de Freud de 1937.

Nesse trabalho, Freud se propõe a responder à crítica feita à psicanálise de que uma interpretação ou construção feita por um analista a seu paciente está sempre certa, uma vez que, mesmo que o paciente não concorde com ela, isso estaria demonstrando apenas uma resistência por parte dele, e não a ineficácia da construção. Freud discute as indicações que podem ser inferidas a partir da reação do paciente a uma construção oferecida por seu analista. Mostra que tanto o “sim” como o “não” do paciente são quase sempre ambíguos, dando margem a diferentes interpretações – não constituindo, assim, provas confiáveis a respeito da adequação de uma construção.

Segundo Freud, mais do que a reações explícitas, o analista deve estar atento a “formas indiretas de confirmação” (Freud, 1937, p.263)<sup>2</sup> por parte de seus pacientes. O fato de um paciente responder a uma construção com uma associação que contenha algo similar ao conteúdo dessa construção, por exemplo, pode ser visto pelo analista como uma confirmação a respeito da adequação da construção.

Freud ressalta ainda que uma construção individual nada mais é do que “uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição” e que apenas o desenrolar de uma análise “nos permite decidir se nossas construções são corretas ou inúteis” (Freud, 1937, p.265). Fica evidente a preocupação de Freud em deixar claro que é a análise que irá demonstrar a validade de uma construção.

---

<sup>2</sup> Os textos de Freud consultados para este trabalho são os da *Standard Edition*. A tradução do inglês é minha.

Luís Claudio Figueiredo, em artigo intitulado “Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica – uma releitura de ‘Construções em análise””, afirma que não se trata, para que se estabeleça a validade de uma construção, de convencer o analisando racionalmente da sua veracidade, mas que o importante é que “o pro-posto na construção mobilize as pulsões, toque o inconsciente e faça emergir, ainda que de forma irreconhecível, uma verdade histórico-vivencial” (Figueiredo, 1996, p.89). Nesse sentido, a importância de uma construção reside no efeito que ela traz para a análise, e não na sua confirmação pelo analisando. Uma “boa construção” (se é que podemos chamar assim), portanto, é a que faz o paciente associar, a que põe em movimento a “‘pulsão emergente’ do recalcado” (Freud, 1937, p.266). Para Figueiredo, é a que tem “eficácia pulsional” (Figueiredo, 1996, p.88).

Parece-me, assim, que, de “Construções em análise”, podemos retirar um estatuto específico do que seria o *re-conhecimento*. O que estou propondo nomear com o termo *re-conhecimento* (no caso, o *re-conhecimento da construção*) não está necessariamente ligado ao grau de exatidão de uma construção, mas à mobilização pulsional e ao movimento que ela desencadeia na análise. O paciente estaria *re-conhecendo* uma construção não quando a aceita racionalmente, mas quando esta produz nele, ou em sua análise, uma mobilização pulsional.

Para Aristóteles, os reconhecimentos e as peripécias constituem-se nos “principais meios por que a Tragédia *mover os ânimos*” (Aristóteles, 1995, p.43, grifos meus). Assim, enquanto na tragédia, por meio do reconhecimento (e da peripécia), produz-se um efeito de *mover os ânimos*, na análise o re-

conhecimento desencadearia uma *mobilização pulsional* e um *movimento associativo*.

Percebemos que o que está sendo caracterizado como re-conhecimento está relacionado ao movimento que tal re-conhecimento produz em análise e que portanto é *só depois* que pode se mostrar. Lembro aqui uma frase dita por uma personagem de uma farsa de Nestroy citada por Freud em “Construções em análise”, numa passagem em que procura deixar claro que só o curso de uma análise é que pode confirmar ou rejeitar determinada construção do analista: “Tudo se tornará claro no curso de desenvolvimentos futuros” (Freud, 1937, p.265).

Voltando atrás mais de quarenta anos, para o início das discussões de Freud acerca da histeria – mais especificamente para “Estudos sobre Histeria” (1893-1895), que ele escreveu com Breuer –, é possível apontar uma outra forma de caracterização do re-conhecimento.

Em sua apresentação do caso de Miss Lucy R., atendida por ele durante pouco mais de dois meses em 1892, Freud conta como não obteve sucesso em suas tentativas de hipnotizá-la. Explica que, em casos como esse, deixava a hipnose de lado e pedia apenas concentração a seus pacientes, usando a “técnica da pressão na testa”. O que lhe permitiu usar essa técnica - que consistia em pressionar a testa de um paciente com sua mão e pedir que ele dissesse o que estivesse passando pela sua cabeça naquele momento - foi a “suposição de que meus pacientes sabiam tudo o que fosse de qualquer importância patogênica e que a questão era apenas a de obrigá-los a comunicar isso [o que sabiam]” (Breuer & Freud, 1893-1895, p.110). A

histórica, afinal, possui um saber sobre sua histeria, por mais que, a princípio, alegue nada saber a respeito dos sintomas dos quais se queixa.

Ainda na apresentação do caso de Miss Lucy, entretanto, Freud mostra como a questão não é tão simples, uma vez que, ao lado do saber, está de fato presente um “não saber”, paradoxo que ele descreve como “o estranho estado mental em que se sabe e não se sabe uma coisa ao mesmo tempo” (Breuer & Freud, 1893-1895, p.117, nota 1). Como lhe diz Miss Lucy, quando Freud pergunta o porquê de ela não ter lhe contado antes que amava seu patrão: “Eu não sabia – ou melhor, eu não queria saber. Eu queria expulsar isso da minha cabeça e não pensar nisso de novo” (Idem, p.117). O seu *não saber*, portanto, decorre de um *não querer saber*.

Penso que essa discussão a respeito do saber na histeria fornece subsídios para a caracterização do re-conhecimento. Pois re-conhecer algo (uma interpretação do analista, por exemplo) em análise não diz respeito simplesmente a aceitar (ou não) uma interpretação vinda do saber desse analista, mas ao efeito que essa interpretação provocará no trabalho de análise, caso seja capaz de “mobilizar as pulsões” do analisando. Ora, a fim de produzir tal mobilização, uma interpretação deve estar relacionada a algo da história desse analisando, por mais estranha e absurda que a princípio a interpretação lhe pareça.

O que estou sugerindo é que o re-conhecimento está relacionado à apropriação de um saber já “sabido”, porém ignorado em seu saber, distinguindo-se portanto da simples apropriação de um saber novo que lhe é dado por um outro (no caso, o analista), mas também de um mero resgate de algo que “já está lá”. E esse re-conhecimento não se dará de uma hora para

outra, como uma revelação, mas se tornará possível *no e pelo* trabalho analítico, sustentado pela transferência.

Assim como os reconhecimentos trágicos considerados mais belos por Aristóteles, o re-conhecimento também pode ocorrer junto com uma “peripécia”, uma vez que vem acompanhado por, ou tem como efeito, mudanças no curso da análise. Tais mudanças não correspondem necessariamente a modificações concretas na vida do analisando nem muito menos a grandes atuações por parte deste, mas dizem respeito essencialmente à capacidade do re-conhecimento de desencadear “reviravoltas pulsionais”, provocando a associação livre.

Já um silêncio do analisando depois de uma construção de seu analista não deve ser interpretado necessariamente como um sinal de que o analisando não a re-conheceu. Assim como o “sim” e o “não” do paciente, o silêncio como reação a uma construção deve ser entendido como ambíguo, podendo encerrar significados distintos. É só o curso da análise (e portanto as associações que seguem o momento de silêncio) que indicará o que o paciente disse com seu silêncio, atribuindo um sentido a ele. Sentido este que poderá ou não constituir-se em re-conhecimento da construção em questão.

### **O re-conhecimento introduz uma fenda e provoca estranheza**

O que estou procurando delimitar como re-conhecimento é distinto de um momento de “desvelamento”, uma vez que não se trata de simplesmente descobrir ou revelar algo até então escondido. O re-conhecimento implica algo de criativo que se encena na análise. Nesse sentido, as fantasias que são re-

conhecidas em análise estão presentes, em ato, na transferência, não sendo simplesmente resgatadas de um inconsciente onde se encontram em repouso. O re-conhecer não consiste em uma mera reprodução de algo infantil, mas tem um efeito modificador, criativo, sobre esse infantil. É nesse sentido a proposta de que o re-conhecer, como bem indica o hífen, introduz uma fenda, uma fratura, no fantasioso e no infantil que deixa aparecer em análise.

No texto “O estranho”, Freud discute a ambigüidade do termo alemão *heimlich*, cujos diversos sentidos incluem um que é igual ao seu contrário, *unheimlich*. Nos mostra como a palavra *heimlich* “pertence a dois conjuntos de idéias, que, sem serem contraditórios, são entretanto bem diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável, e, por outro, o que é oculto e mantido longe dos olhos” (Freud, 1919, p.224-225).

O re-conhecer, assim como o termo alemão discutido, remete a uma só vez ao familiar e ao estranho, o oculto, uma vez que possibilita que o estranho seja visto como familiar e, também, que no familiar se mostre algo que até então havia se mantido “longe dos olhos”. Assim, por meio do re-conhecimento, o analisando pode se apropriar do que lhe parecia estranho, tornando-o familiar, assim como se depara com o oculto e o estranho naquilo que até então sempre havia lhe parecido tão familiar. No re-conhecer, assim como na palavra *heimlich*, o estranho se opõe ao familiar, ao mesmo tempo em que coincide com ele.

Com essas breves indicações de como pensar o que se dá em análise a partir da noção de re-conhecimento, concluo este ensaio, deixando para um

outro momento a discussão da idéia de que a efetividade da análise passaria por um *re-conhecimento da alteridade*.

### Referências Bibliográficas

Aristóteles (1993). *Poética*. (Tradução de Eudoro de Souza). São Paulo: Ars Poetica.

Breuer, J. & Freud, S. (1893-1895). Studies on hysteria. Em *The Standard Edition of the complete works of Sigmund Freud (SE)*, v.II, 1955, London: The Hogarth Press.

Figueiredo, L. C. (1996). Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica – uma releitura de “Construções em análise”. *Percurso*, 16, 81-89.

Freud, S. (1919). The “uncanny”. Em *SE*, v.XVII, 1955, London: The Hogarth Press.

Freud, S. (1937). Constructions in analysis. Em *SE*, v.XXIII, 1955, London: The Hogarth Press.

Sófocles (1951). Édipo Rei. Em J. S. Brandão (tradução e apresentação), *Dois tragédias gregas* (pp.9-94). Rio de Janeiro: Pongetti.